

Março 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Educação, Juventude e Criança
3. Hiv/ Sida
4. Mercado Informal e Microfinanças
5. Governação e Descentralização
6. Paz e Reconciliação
7. Serviços Básicos
8. Terra, Habitação e Urbanização
9. Outros

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Comissão de gestão de Luanda inicia a construção de 12 mercados	1
1.2 Angola abre “contas” a auditoria internacional	1
1.3 GLOBAL WITNESS denuncia desvio de 6,8 biliões de dólares em quatro anos	1
1.4 Dos Santos e Nujoma vão empenhar-se na luta contra pobreza.....	2
1.5 Erradicação da pobreza é desafio de todos os Angolanos.....	2
2.0 EDUCAÇÃO	3
2.1 Primeira fase do campus Universitário termina em Dezembro 2005	3
2.2 Angolanos podem ser reintegrados na Universidade da Namíbia.....	3
3.0 HIV/SIDA	4
3.1 Países lusófonos debatem soluções para o HIV/SIDA.....	4
3.2 Terapeuta Angolano garante medicamentos para a Sida.....	5
3.3 A importância da Naturopatia no tratamento da Sida.....	6
4.0 MERCADO INFORMAL	6
4.1 Sublevação sangrenta na Estalagem.....	6
4.2 Polícia atira a matar	7
4.3 A revolta de um povo saturado	8
4.4 Vandalismo provoca mortes	9
5.0 POLITICA	10
5.1 Unita acusa Presidente da República de falta de vontade política	10
5.2 Tjipilika com um pé fora	11
5.3 Pr. acusado de Desviar “Dezenas de Milhões de USD” para Contas Privadas no Estrangeiro	11
5.4 Feijó refuta acusações da Witness mas Parreira diz que são verdadeiras	12
5.5 “CAMARADA FALCONE” , porque teme a justiça, se é tão inocente como apregoa?	13
6.0 PAZ E RECONCILIAÇÃO	14
6.1 Unita apela ao reforço da unidade e reconciliação nacional	14
6.2 Oito milhões de Euros para apoiar regresso e instalação dos deslocados	14
6.3 Kussumua pede apoio britânico para reconstrução de Angola.....	14
6.4 Ajuda humanitária não chega a 60 mil pessoas devido à chuva e minas	15
6.5 Proibição de produtos geneticamente modificados pode complicar assistência humanitária ao país	16
6.6 Definidas estratégias para reintegração dos desmobilizados	16
7.0 SERVIÇOS BASICOS	17
7.1 Água gratuita na periferia do Golfe Dois	17
7.2 Luanda terá incineradora para lixo.....	17
7.3 Mais de metade da população Angolana consome água não tratada	17
7.4 Apontadas acções para solucionar problemas associados à água	18
8.0 TERRA E HABITAÇÃO	18
8.1 Comissão Administrativa de Luanda defende combate à ocupação ilegal de terrenos	18
8.2 UNITA analisa projecto de Lei de Terras	19
8.3 AN aprova Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo	19
9.0 Outras	20
9.1 Governo vai criar biblioteca virtual	20
9.2 Escom investe USD 50 milhões em prédio de 25 andares	20

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Comissão de gestão de Luanda inicia a construção de 12 mercados

Angop...18-03-2004

O programa para construção de 12 mercados, na província de Luanda, terá início a partir da próxima semana, anunciou hoje, nesta cidade, o coordenador da Comissão de Gestão Administrativa da capital do país, Higinio Carneiro.

O coordenador que falava durante uma conferência de imprensa que visou balancear os dois meses de mandato da comissão de gestão administrativa da província de Luanda, afirmou que estão já identificados e aprovados os projectos, e garantiu que as fontes financeiras existem. Higinio Carneiro frisou que no decorrer da reunião de balanço, orientou aos órgãos correspondentes no sentido de reunirem as empresas que vão participar na construção dos mercados, para a marcação das datas do início dos trabalhos. A respeito, adiantou que nos prazos estabelecidos os mercados serão construídos. Os mercados, de acordo com o coordenador da comissão de gestão, não são a solução para a cidade capital nem para as outras cidades a nível do país, embora reconheça os esforços que os vendedores e outros empresários promovem para mantê-los. Considerou que há necessidade de ir introduzindo outras práticas e mecanismos no domínio do comércio, de maneira a torná-lo mais perfeito e ajustado aos nossos interesses. O coordenador da comissão de gestão de Luanda deu a conhecer igualmente que chamou atenção aos administradores municipais quanto as vendas nas ruas, tendo referido que não é uma responsabilidade directa dos membros do Governo, daí a existência das administrações. Acrescentou que as administrações municipais foram responsabilizadas e têm que assumir essa responsabilidade, por forma a exercerem o controlo do seu território, usando todos o instrumentos legais, técnicos e humanos, para acabar com este mal.

O encerramento e transferência dos mercados insere-se no programa de trabalhos da comissão administrativa de gestão de Luanda, que visa melhorar as condições de higiene, segurança, comércio e o ordenamento dos principais mercados e áreas adjacentes.

1.2 Angola abre “contas” a auditoria internacional

VOA...18-03-2004

O governo de Angola concordou em abrir as suas contas a uma auditoria independente. A auditoria será conduzida pela IFC International Finance Corporation, uma missão da IFC instituição privada associada ao Banco Mundial.

Aguinaldo Jaime ministro Adjunto do Primeiro-ministro, disse ao Business report da África do Sul onde esteve recentemente, que uma da equipa da IFC vai fazer um levantamento das contas, e apresentará posteriormente as suas recomendações. Aquele governante angolano, reafirmou ainda ao Business Report da África do Sul que o seu país vai assinar um acordo com o FMI em Maio próximo que deverá incluir reformas económicas. O acordo deverá abrir caminho à obtenção de um pacote de assistência no primeiro trimestre do próximo ano. No quadro das reformas está previsto para o próximo mês o lançamento de legislação que deverá regular a actuação das instituições não bancárias, estratégia que visa fazer crescer áreas como o micro crédito.

Aguinaldo Jaime disse também que a assinatura recentemente de um empréstimo com a China, no valor de 2 mil milhões de dólares, feito em condições bastante favoráveis, representa um sinal de confiança em relação ao seu governo. O governo de Angola vem tentando convencer investidores e doadores de que as práticas que no passado mancharam a sua reputação, devem ser encaradas, como “ coisas do passado” .

Angola aderiu voluntariamente ao NEPAD iniciativa africana que vai classificar os países de acordo com os desempenhos dos governos em matéria de direitos humanos e política.

1.3 GLOBAL WITNESS denuncia desvio de 6,8 biliões de dólares em quatro anos

VOA...24/03/04

O escândalo volta a girar o mundo por conta da GW-Global Witness que, em mais um relatório hoje divulgado, reitera acusações segundo as quais o Presidente da Republica José Eduardo dos Santos terá desviado avultadas somas em dinheiro para contas privadas suas e de vários colaboradores directos.

A GW, cujo relatório precisa que não foram apenas um

bilião de dolares roubados todos os anos entre 1997 e 2002, mas sim 1,7 biliões em cada 12 meses de 1997 a 2001, destapa igualmente os esquemas e os caminhos utilizados para o efeito.

A ONG internacional justifica este valor com o facto de ter somado ao montante avançado, em Janeiro ultimo, pela Human Rights Watch, despesas feitas fora do orçamento angolano no tempo acima referido e que perfazem 700 milhões de dólares americanos anualmente. De acordo com o documento, José Eduardo dos Santos, socorreu-se, no passado, do negocio de armas, e negociação da dívida com a Rússia para desviar fundos publicos, mas acabada a guerra encontrou outro mecanismo para continuar a pilhar os recursos nacionais. Divulgado sob o título “Time for transparency”, -tempo para transparência em português-, o relatório da “Global Witness” manifesta um certo temor pela gestão actual das finanças publicas, uma vez que, prossegue, José Eduardo dos Santos “recorre a contracção de empréstimos com garantias de petróleo”. O destino dos valores daí resultantes já não são só o Luxemburgo e a Suíça, mas também, afirma a GW, algumas contas foram transferidas para instituições “off shore” nas Ilhas Caimão, consideradas um paraíso fiscal das Caraíbas, onde continuam a ser depositados valores monetários. Convidado a comentar mais este escândalo, o activista cívico, Justino Pinto de Andrade disse a Voz da América que neste como nos outros casos, à Procuradoria Geral da Republica cabe a responsabilidade de abrir um inquérito para apurar a veracidade das informações contidas no documento e tomar uma providencia em defesa da boa imagem do Estado angolano. “Eu penso que as nossas entidades de justiça, nomeadamente a Procuradoria Geral da Republica é que devia levantar esta questão, inquirir, porque há acusações reiteradas relativamente a certas entidades angolanas e nós não vemos da PGR acções no sentido de investigar sobre a veracidade ou não destas acusações”. O presidente de direcção da Mpalabanda-Associação Cívica de Cabinda, província produtora de cerca de 80 por cento do petróleo angolano, Agostinho Tchicaia lamenta também que os órgãos judiciais não desempenhem o seu papel de investigar tais denuncias, mas atira parte das culpas a operadora Chevron e demais multinacionais petrolíferas pela sua cumplicidade no expediente. “Queremos chegar a um consenso com a Chevron-Texaco no sentido de mantermos um dialogo permanente como tem feito agora o senhor Paiva para nos porem ao corrente do operar da Chevron”.

O Governo angolano que tenta uma aproximação ao FMI-Fundo Monetário Internacional e se esforça por passar ao mundo uma imagem de credibilidade e transparência, já foi visado em três ocasiões em

relatórios da GW, sem que alguma vez tivesse tomado qualquer procedimento judicial concreto, limitando-se a negar as alegações neles contidas.

1.4 Dos Santos e Nujoma vão empenhar-se na luta contra pobreza

Jornal de Angola...22/03/04

Os Presidentes José Eduardo dos Santos e Sam Nujoma reafirmaram ontem, em Walvis Bay (Namíbia), o seu empenhamento na erradicação da pobreza, fome, sub-desenvolvimento e na intensificação do combate à pandemia do Hiv/Sida e outras doenças.

A reafirmação de tal empenhamento vem expressa no comunicado final tornado público no termo da visita de Estado de dois dias efectuada pelo Presidente angolano à Namíbia. No mesmo documento, Eduardo dos Santos e Sam Nujoma exprimiram a sua preocupação em relação à difícil situação que o continente africano atravessa, resultante do peso da dívida, e apelaram aos países desenvolvidos para a sua redução urgente. Em relação ao crescimento da tensão internacional que ameaça a paz global e a estabilidade, os dois Chefes de Estado concordaram em que os conflitos devem ser resolvidos através do recurso ao diálogo, por constituírem o maior obstáculo à erradicação da pobreza, fome e sub-desenvolvimento. Além de enfatizarem o papel primordial das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança internacionais, em concordância com a carta das Nações Unidas, os Presidentes de Angola e da Namíbia reiteraram o seu apoio às reformas em curso na ONU, particularmente ao alargamento e à democratização do Conselho de Segurança. Convencidos das potencialidades africanas para o desenvolvimento, os dois Presidentes apelaram à comunidade internacional no sentido de apoiarem a União Africana e o seu programa de recuperação económica, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Económico da África (Nepad).

O uso do mercenarismo e outras práticas subversivas, visando o derrube de governos legítimos mereceu da parte de Eduardo dos Santos e Sam Nujoma uma veemente condenação, tendo exortado os países africanos a rejeitarem e a combaterem com firmeza tais actividades, que, em seu entender, começam a preocupar o continente.

1.5 Erradicação da pobreza é desafio de todos os Angolanos

Angop...24/03/04

A redução do número de angolanos a viver abaixo da linha da pobreza apresenta-se como um desafio ético, social, político e económico para todos os cidadãos e cabe ao Governo traçar estratégias concretas com vista a sua erradicação urgente. Esta ideia foi defendida pelos bispos católicos na sua mensagem “Angola no caminho da esperança”, apresentada hoje à imprensa, quando falavam sobre a situação da pobreza em Angola e a esperança de vida dos Angolanos. De acordo com os bispos, a miséria no país, principalmente no seu interior é gritante, chegando a atingir, segundo as estatísticas, 68 por cento da população. “Uma das estratégias concretas para se alcançar a erradicação da miséria é a elaboração de uma política agrária que leve os angolanos a auto-suficiência alimentar”, evitando desse modo a dependência da ajuda humanitária estrangeira. A educação constitui uma componente vital para o desenvolvimento de um país, pois a grande riqueza de uma nação não está nos seus recursos minerais e florestais, mais sim na sua população formada e preparada para fazer face aos desafios que se apresentam. Na sua mensagem expressam a preocupação pelo facto de ainda existir um número elevado de pessoas fora do sistema escolar a todos os níveis de ensino (básico, médio e superior). “Esta situação faz com que encontremos em todo país um verdadeiro exercito de crianças, jovens e adultos analfabetos”. “É necessário ter-se a coragem de investir neste sector e melhorar significativamente a sua qualidade, pois é investir no futuro do país”, frisaram reforçando que não há nação que possa desenvolver-se, construir e defender-se com uma legião de analfabetos. “O petróleo contra as nossas esperanças?” é outro ponto crucial do comunicado pastoral. Em relação a questão do petróleo e de outros recursos que servem de suporte da economia angolana, o clero pede a quem de direito e de dever uma total transparência administrativa na sua exploração. Esta transparência na administração dos fundos deve levar as autoridades a informar correcta e regularmente os cidadãos sobre os lucros provenientes da sua exploração e sua aplicação. Por sua vez as companhias petrolíferas devem ter coragem de colaborar com o povo na erradicação da pobreza, dizendo quanto pagam. A par de uma gestão transparente dos recursos, os bispos exortam ao Governo a optar por políticas de investimentos coerentes, respeitando e priorizando as necessidades mais urgentes, evitando o empobrecimento da nação. A conferência de imprensa foi presidida pelo Bispo da Diocese do Luena e vice-presidente da Ceast, Dom Gabriel Bilingue, auxiliado por Dom Anastácio Kahango e Filomeno Vieira Dias, bispos auxiliares de Luanda, respectivamente. A Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) realizou de 17a 24 de Março a sua primeira assembleia ordinária.

2.0 EDUCAÇÃO

2.1 Primeira fase do campus Universitário termina em Dezembro 2005

Angop...12-03-2004

A primeira fase do novo campus Universitário Agostinho Neto, localizado na área do Golfe II, em Luanda, estará concluído em Dezembro de 2005, anunciou hoje, nesta cidade, o ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro.

Falando a imprensa no termo da visita de constatação efectuada a área do campus Universitário, afirmou que as edificações já estão visíveis e as suas infra-estruturas apesar de estarem subterradas estão praticamente concluídas. O governante manifestou a sua satisfação pelo que viu, tendo referido que os atrasos verificados há um ano atrás foram superados por parte das construtoras Soares da Costa e Grineiquer. Higinio Carneiro frisou que o valor global do projecto aprovado, aproximadamente há três anos, pelo Conselho de Ministros, está orçado em 250 milhões de dólares. O campus Universitário foi projectado para acomodar 17 mil alunos e compreenderá nove faculdades, quatro departamentos principais, instalações auxiliares, centro de conferência, alojamento de estudantes, casas do pessoal, centros de pesquisas para estudos avançados e área de infra-estrutura, manutenção e operações. As nove faculdades são: Artes e Arquitectura, Economia, Engenharia, Ciências Médicas, Direito, Petróleo, Ciências e Ciências Sociais, enquanto os departamentos principais são de Química, Física, Matemática e Informática.

Situado a Sul de Luanda, o empreendimento conta com uma área de 2000 hectares, onde a biblioteca é a estrutura mais alta do campus. A primeira pedra para a construção da nova cidade universitária foi lançada a 11 de Novembro de 2001, pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos.

2.2 Angolanos podem ser reintegrados na Universidade da Namíbia

Angop...18/03/04

Os 165 angolanos recentemente expulsos pela Universidade da Namíbia, em consequência de escândalos ligados à falsificação de documentos, poderão ser reintegrados nos próximos tempos, soube hoje a Angop, em Windhoek.

A informação foi prestada hoje pelo vice-ministro da Educação para a Reforma Educativa, Pinda Simão, que integra uma delegação angolana convidada a participar nos festejos do 14º aniversário da Independência da Namíbia. O presidente angolano José Eduardo dos Santos deverá chegar a Windhoek, capital Namibiana, ao princípio da tarde de sexta-feira. Na óptica do vice-ministro, os estudantes envolvidos poderão recomeçar as suas aulas sem qualquer tipo de problema. O comité executivo do senado da universidade namibiana decidiu a 27 de Novembro de 2003 expulsar 165 estudantes que se encontravam em situação irregular no país. Os estudantes apresentavam na altura da matrícula cópias de certificados alegadamente emitidos pelo Ministério da Educação angolano, em língua portuguesa, que posteriormente eram traduzidos para inglês e autenticados pela Embaixada de Angola em Windhoek. Delegações ministeriais de Angola e da Namíbia estão neste momento reunidas com o objectivo de reforçar os acordos já existentes nos domínios das Pescas, Agricultura e Energia e Águas entre os dois países. Para o ministro das Pescas, Salomão Xirimimbimbi “todos eles serão mais-valia”, porquanto reforçarão as relações a nível regional. Salomão Xirimimbimbi considera que a situação interna e regional evoluiu sendo necessário o ajuste de protocolos. Gilberto Buta Lutucuta, ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, prevê em consequência desta reunião que termina sexta-feira, o alargamento de acções concretas ligadas à produção agrícola e de sanidade animal.

“Vamos tentar actualizar algumas acções que até aqui não têm sido devidamente direccionadas e merecido o tratamento adequado em relação às leis”. Por sua vez, Botelho de Vasconcelos, ministro da Energia e Águas, referiu que se prevê o desenvolvimento de projectos que permitem a electrificação de alguns municípios fronteiriços das províncias do Cunene e Kuando-Kubango, designadamente, Xangongo e Ondjiva. Ele considera que “já é possível fazer-se a recuperação das águas do rio Cunene”. De uma maneira geral, esta reunião bilateral está a analisar aspectos ligados à agricultura e águas, projectos agrícolas, energia e minas, pescas e também da defesa.

3.0 HIV/SIDA

3.1 Países lusófonos debatem soluções para o HIV/SIDA

NoticiasLusofonas...19/03/04

Conferência internacional realiza-se em Luanda nos dias 15, 26 e 27 de Maio

As estatísticas mundiais sobre o HIV/SIDA, segundo a ONUSIDA e demais instituições que neste domínio trabalham, revelam-nos que a África Subshariana, suporta o maior fardo da infecção por HIV. O número de casos de HIV/SIDA na África Subshariana, representam quase a metade do total de casos a nível mundial. Para debater toda esta relevante e vital questão, realiza-se em Luanda (Angola) nos dias 25, 26 e 27 de Maio uma conferência que envolve todos os países da Lusofonia. O quadro dramático que a situação nos apresenta exige da parte de todas forças vivas das nações, particularmente as igrejas, como organizações sociais por excelência a engajarem-se para mudar o presente quadro. A epidemia que teve o seu início no fim da década 70 e começo da 80, infectou já na África Subshariana até ao fim de 2002, cerca de 29,4 milhões de adultos e crianças com uma taxa de prevalência de 8,8%, número considerado superior em comparação com outros continentes e regiões.

Justificação

Ao nível do movimento ecuménico mundial, particularmente EHAIA – Iniciativas africanas sobre o HIV/SIDA, tem-se notado consideravelmente as ausências dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, como é caso concreto: em Maio de 2003, o Conselho Mundial de Igreja, a Caritas Internacional e a Conferência Mundial sobre a Paz e Religião, organizaram uma conferência sobre as novas parcerias com as organizações baseadas na fé, cujos objectivos, circunscreviam-se no incremento das estratégias para o acesso a prevenção, cuidados e tratamentos.

Dentre os Países africanos da expressão da língua oficial portuguesa, só 2 participaram, nomeadamente Angola e Moçambique. As ausências dos demais países (Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) neste magno encontro, retirou de certo modo o protagonismo destes mesmos no combate contra a pandemia.

A questão linguística tem estado também na base destas ausências, uma vez que os organizadores de tais eventos, esqueçam-se de que existem países lusófonos, por isso a interpretação é importante.

É preciso aproveitar o potencial das Igrejas nestes países e fazer com que o silêncio seja quebrado, uma vez por todas.

Objectivos

1. Partilhar experiências de trabalho em programas de HIV/SIDA entre as organizações e igrejas dos países Lusófonos
2. Estabelecer Redes das Organizações com base na fé (FBO) sobre o HIV/SIDA nos Países lusófonos
3. Aproximar as Redes das Organizações com base na fé (FBO) dos Países lusófonos a exemplo de outros

países africanos da expressão inglesa e francofona

4. a) Desenvolver mecanismos de partilha de informações sobre o HIV/SIDA.

Em cada País lusófono, entre os Países lusófonos, dentro de demais Países

b) Identificar e endereçar as questões relacionadas a estigma e discriminação

Promover práticas que permitem a discussão ligados ao assunto

Metodologia e Processo

Discussão com base nos documentos e partilha de experiências

Discussões em painéis, partilha de experiências e os outros pontos de vista de combate contra a pandemia.

Trabalhos em grupo

Resultados Esperados

Estes resultados encaminharão os participantes a uma visão comum, definindo estratégias de trabalho conjunto e de transmissão de conhecimentos para as comunidades. Neste sentido, as organizações com base na fé, poderão servir de promotores na luta contra o HIV/SIDA nas comunidades:

Colaboração dos Países lusófonos em questões ligadas ao HIV/SIDA; definição das estratégias de intervenções na luta contra o HIV/SIDA entre as organizações da fé dos países lusófonos, criação de um canal comum de informações das iniciativas das FBO, dos países lusófonos na luta contra o HIV/SIDA, e outras organizações parceiras dos demais países.

Alertados sobre o perigo de HIV/SIDA: Criação de condições para o combate contra a estigma e discriminação; criação de condições de acesso ao suporte da PLWHA.

Planos Subsequentes

Follow up com uma conferência nacional; Plano de Acção nacional desenvolvido em colaboração com WCC, POA; Rede Nacional estabelecida e funcional; Canais de Comunicação estabelecidas e utilizadas; Tenham lugar visitas entre programas e visitas.

3.2 Terapeuta Angolano garante medicamentos para a Sida

Semanário Angolense... 20/03/04

Adverte, porém, que não se trata de uma cura, mas de um fármaco «capaz de aumentar o número de anos de vida

e melhorar a sua qualidade nos pacientes portadores do Hiv/Sida» O naturopata angolano Adriano José Manuel, Salo, que, há quatro anos, anda envolvido no combate à pandemia do Hiv/Sida, revelou, em entrevista ao *Semanário Angolense*, ter estado a ter êxitos no tratamento de doentes portadores desta patologia, com recurso à medicina tradicional. Formado

em medicina natural, através de um curso à distância de um Instituto espanhol, e detentor de um outro curso de homotoxicologia concluído, em 1999, na África do Sul, Adriano Manuel, também conhecido entre os seus pacientes por «Dr. Salo», garantiu que os métodos por si utilizados, à base de produtos naturais, em nada ficam a dever aos fármacos actualmente usados na medicina moderna. Segundo a mesma fonte, muitos portadores do vírus têm estado a recorrer aos seus métodos de terapia, o que tem-lhe permitido receber diariamente entre um a dois novos pacientes. Numa deslocação ao seu pequeno consultório, sito ao bairro Operário, SA pôde testemunhar uma afluência razoável de doentes às suas consultas. Num pequeno espaço contíguo ao consultório, funciona a farmácia, onde se encontram alinhados em prateleiras uma série de medicamentos à base de ervas naturais.

Tem entre os seus pacientes, SD, que apenas forneceu estas iniciais para ocultar o seu nome. Desde Dezembro último, que recorreu aos préstimos do «Dr. Salo», confessa ter estado a «registar melhorias substanciais!». Embora sejam ainda visíveis alguns sinais de palidez no seu rosto, este seropositivo, de 35 anos, disse que, antes de iniciar o tratamento, padecia de várias doenças, avultando as de foro respiratório e diarreico, mas que graças ao tratamento que tem vindo a receber já observa melhorias. Como fruto de tais infecções oportunistas, admite, perdera «muito peso!». Hoje, diz com uma notória satisfação, já não se ressentia de tais infecções e recuperou «algum peso!». O homem tem ainda outros motivos para se sentir satisfeito, pois, segundo confessou, já dispõe de forças anímicas e psíquicas para «conduzir a viatura!», algo que estava impossibilitado de fazer antes do tratamento. SD, que ostenta, passe a expressão, um pequeno «harém» de duas mulheres, revelou que estas ainda «não estão informadas da doença» de que padece. Agradeceu o gesto de um amigo seu que o conduziu ao «Dr. Salo», depois de frustradas as suas inúmeras tentativas junto dos hospitais em busca de retroantivirais.

«Recorri várias vezes às instituições hospitalares, mas elas mostraram-se incapazes de resolver o meu problema», recorda com tristeza. Recomendaram-lhe que fosse procurar as ONG's e as associações de luta contra a Sida». Salo garante que «os pacientes contaminados com o vírus da Sida, que apostam no tratamento à base da medicina natural, têm a vantagem não só de não sofrer efeitos colaterais provocados pelos químicos, como também sentem na primeira semana de tratamento certas melhorias, devido aos efeitos positivos sobre a flora bacteriana, que estanca a diarreia». Para o terapeuta tradicional, os métodos por si utilizados têm tido como objectivo «manter o sistema

imunitário equilibrado, mesmo depois do organismo ter sido infectado pelo vírus do Hiv». Revelou que tem administrado aos seus pacientes suplementos de Aloe Vera (xandala ou a babosa), Bssr, hypoxis, sementes de psillium, argila, sumo de erva do campo, caldos de vegetais frescos, limpeza da pele, por meio de sauna, e banhos de vapor para libertar as toxinas, sopas de batata, chá de ervas como o astragalo, raízes, multinerais naturais e chás anti-diarreicos. Tem estado ainda a recomendar, para além da medicação que deve ser seguida à risca, de forma a se evitar recaídas, uma alimentação rigorosa que, segundo ele, não deverá conter substâncias químicas e conservantes, bem como bebidas com caféina, açúcar, chocolate e cola.

De igual modo, tem vindo a aconselhá-los a evitar alimentos muito acidificantes, gorduras animais nas carnes, bem como o feijão e a massa, por serem de difícil digestão.

Na opinião deste membro fundador da Associação Angolana dos Praticantes de Medicina Natural e Tradicional, da qual é o presidente do Conselho Directivo, «este método constitui uma alternativa à medicina moderna, para além de ter a vantagem de ser mais barato para os bolsos dos doentes».

3.3 A importância da Naturopatia no tratamento da Sida

Semanario Angolense...20/03/04

Considerada um ramo da medicina natural, a naturopatia visa contribuir para a manutenção e a recuperação da saúde aos organismos debilitados pelo vírus Hiv/Sida, através de um conjunto de técnicas como a fitoterapia, que é o uso de plantas medicinais, uma alimentação regrada e exercícios físicos. O seu surgimento remonta há séculos, tendo como um dos seus impulsionadores Hipócrates, considerado o pai da medicina. A naturopatia, segundo o naturopata angolano Adriano Manuel «Salo», não se destina apenas a pessoas enfermas, como também àquelas tidas como saudáveis, e incorpora ainda a higiene pessoal e a medicina natural, segundo uma «tradição vitalista e humorar». Adriano Salo, que se considera autodidacta e que tem estado a trocar permanentemente experiências com outros terapeutas do continente africano, em particular Sul-Africanos, afirma que «as pessoas contaminadas com a Sida podem continuar a viver normalmente, porque ser seropositivo não significa estar com os dias contados. Para tal, elas devem seguir a rigor a naturopatia, que implica igualmente alterações de certos hábitos alimentares». Tal como os retrovirais, medicamentos que possibilitam a redução da

percentagem dos vírus, acrescenta, alguns naturopatas têm estado a usar dois medicamentos, nomeadamente o Bssr e o hypoxis que, segundo ele, produzem o mesmo efeito e estão a ser importados da África do Sul. Estes dois fármacos, em sua opinião, têm levado a melhorias generalizadas dos pacientes, com registo de aumento de peso, maior mobilidade e elevação do estado psíquico dos portadores. No caso da hypoxis, mais conhecida por «batata africana», defende, este medicamento tem vindo a impedir a multiplicação do vírus, a ajudar o sistema imunológico a defender-se das infecções oportunistas, mas adverte que não se trata de uma cura, mas de um fármaco «capaz de aumentar o número de anos de vida e melhorar a sua qualidade nos pacientes portadores do Hiv/Sida». «Considero desnecessário estabelecer comparações entre o tratamento pelos métodos da naturopatia e da medicina moderna no combate ao vírus, sendo que as duas terapêuticas têm efeitos iguais para os pacientes, com a vantagem do primeiro não causar efeitos colaterais», minimizou as polémicas que têm surgido em torno desta questão. Embora seja discutível, Adriano Saló revelou que os medicamentos à base de produtos naturais tendem a diminuir o número de infecções verticais, ou seja, de mães para filhos!...

4.0 MERCADO INFORMAL

4.1 Sublevação sangrenta na Estalagem

Semanario Angolense...13/03/04

Houve três mortos e vários feridos, segundo fontes officiosas. A Polícia falou em apenas um morto, ao mesmo tempo que advertia que fará recurso à força, caso coisa igual volte a acontecer. Como será com o «Roque Santeiro», é a grande questão...

Um morto e três feridos (segundo a versão das autoridades) e avultados danos materiais foram os resultados dos distúrbios protagonizados segunda-feira em Viana por populares enfurecidos, que chegaram a enfrentar a polícia nacional, na sequência de uma violenta tentativa de reocupação do local onde funcionava o chamado Mercado da Estalagem, extinto no mês passado. Diante da fúria das centenas de vendedores que protestavam contra as péssimas condições de trabalho que lhes foram oferecidas no local alternativo para continuarem as suas actividades comerciais, efectivos da brigada auto, chamados a intervir, reagiram com violência e efectuaram disparos contra a multidão, tendo um deles atingido mortalmente um cidadão que, por sinal, estava apenas

de passagem, a fazer fé em declarações de testemunhas. «Ele não é vendedor. Estava apenas de passagem», confirmou um dos manifestantes à nossa reportagem. No entanto, na sua edição de quarta-feira, o Jornal de Angola falava de três mortos e quatro feridos, bem como na apreensão pela polícia de um rádio de comunicação e diversas armas de fogo, em número não especificado. O Semanário Angolense, que tinha um repórter no local na hora da sublevação, não está em condições de confirmar estes dados, pois, enquanto esteve lá, contabilizou apenas um ferido em estado gravíssimo, que viria a falecer já numa unidade hospitalar para onde foi levado pelas próprias forças policiais que fizeram frente aos cidadãos sublevados. A polícia nacional fala de indícios de que alguns partidos políticos (não especificados) teriam sido os incitadores dos distúrbios. O segundo comandante provincial de Luanda corporação, comissário Francisco Massota, afirmou que algumas figuras de certos partidos da oposição foram vistas no local, o que levou a corporação a considerar que elas estarão por detrás da sublevação, das maiores que já se viu em Luanda desde há muitos anos.

Às armas, às armas: A polícia avisou que quem usar da violência será travado igualmente a ferro e fogo, numa clara alusão de que está praticamente com ordens para matar. Ou seja, não haverá contemplanções para mais casos do género. Nesse dia, o trânsito entre Luanda e Viana ficou cortado pela acção dos manifestantes, que protestavam contra o governo provincial por terem sido transferidos para um local exíguo para o número de vendedores expulsos da «Estalagem», bem como pela falta de segurança que o mesmo oferece. Os «insurrectos» partiram depois para acções de puro vandalismo, quebrando vidros de alguns autocarros (4 da Tcul, 2 da Macon e 1 da Tura), além de saquearam um camião carregado da Coca-Cola, que vinha de Bom Jesus. As operadoras, provavelmente em jeito de represália, decidiram suspender as suas carreiras com destino à Viana. A presença de um efectivo policial de dezena e meia de agentes da brigada-auto que ocorreu ao local não foi capaz de sustentar a horda revoltada. Os «insurrectos» chegaram a atirar-se contra eles, obrigando-os a reagir violentamente. Foi na sequência dos disparos que efectuaram à queima-roupa contra os populares enfurecidos que se deram as mortes.

A polícia de choque só chegou muito mais tarde, tendo usado os seus canhões de água para dispersar os populares sublevados, que se haviam concentrado para voltarem a efectuar as suas vendas no local do mercado extinto logo pela manhã.

Afinal, são 4 mercados: O Semanário Angolense soube que, afinal, em Viana, não foi extinto apenas um mercado, mas sim quatro: além do da Estalagem,

também foram destruídos os «quintalões» Baptista de Sousa e Nicolau a Samba, bem como a quitanda Pedro João, qualquer deles então controlados pela direcção nacional de feiras e mercados e feiras. O mais engraçado é que não se sabe onde foi parar o dinheiro dos impostos que a actividade destes quatro mercados resultava para os cofres do Estado. Delfina Fuxi, uma vendedora expulsa do mercado da Estalagem, disse que, desde que está no local para onde ela e os seus colegas foram transferidos (uma quinta da área) as suas receitas baixaram sobremaneira. De tal sorte que já está a pensar em regressar a Malanje, sua terra de origem. «Não estou a vender quase nada e até já tenho mexido nas economias para poder sustentar os meus três filhos», lamentou. «Estou cansada desta vida», disparou.

4.2 Polícia atira a matar

Folha 8...13/03/04

O Norte deve estar presente na bússola de qualquer governante. E a responsabilidade das obrigações. O dirigente deve, honrosamente, servir no melhor das suas competências, as populações. Esta meta é o marco de nobreza governativa. O marco que supera os simples sofismas. O povo constitucionalmente tem direitos, mas também deveres e espera do seu Governo, uma gestão que lhe permita ter acesso à Educação, à Saúde, ao Emprego, etc, etc.

O que se passou em Viana, no dia 08 de Março, uma data histórica e memorável para as Mulheres de todo mundo, com a maior manifestação espontânea de vendedores de mercado, foi o reivindicar popular contra a letargia governativa. Cerca de 6 mil pessoas, segundo dados recolhidos no local, reclamavam pelo seu local de trabalho. Um lugar de iniciativa popular, que lhes havia sido abruptamente apropriado, em nome de um outro melhor. A promessa não passou disso mesmo. Corridos do “Mercado da Estalagem”, foram atirados para um terreno baldio, “como se fossemos bois”, sem o mínimo de condições. O local “é privado e as autoridades nos atiraram lá, naquele curral, mas nem falaram com o senhor do terreno, que nos começou a pressionar para lhe pagarmos. As nossas coisas, mesmo de dia começaram a ser roubadas”, disse Zézinho, vendedor há mais de 10 anos e que disse ao Folha 8, ter sempre pago as suas contribuições ao Estado. “Eu paguei a minha bancada, por 200 dólares na Administração, mas me destruíram com ela, mesmo pagando imposto de 400 kwanzas, todos os dias aos fiscais”. Se os cofres do Estado, acusavam a recepção destas contribuições, os vendedores deveriam ser não só indemnizados, como ter direito a usufruir de um local melhor, para continuarem a desenvolver a sua

actividade laboral. Não havendo isso o que imperou foi a lei da batota. E foi em nome de batotices, que o sentimento incubado ecoou, para surpresa das autoridades, que logo trataram de ver fantasmas, lá onde eles não existiam. O povo sublevou--se por estar a ser atirado a fome, à delinquência, à prostituição. “Não queremos ser putas! Queremos trabalhar”, gritavam algumas vendedoras. Cristina disse, que ela vende no mercado, por não ter outro emprego. “Tenho o ensino médio, sou mãe de 4 filhos, o meu marido é desmobilizado e não encontra emprego, como é que vamos viver, agora que nos tiraram deste lugar, sem outra alternativa. Será que vamos todas de ir dormir com os membros do Governo, para podermos sustentar os nossos filhos? O senhor acha que eu estaria aqui a vender nesta vida, se tivesse outro emprego, ou mesmo possibilidade de entrar para a faculdade? Não! Eu não estaria, por isso vim aqui reclamar por um direito. O direito ao trabalho justo”. Por seu turno, Mariquinha acredita que a subida da prostituição “tem a mão do Governo, porque quando eles tiram as kinguilas, os vendedores dos mercados, sem outros empregos, estão a mandar-nos todas para a «putaria», droga e álcool e isso não é justo. Eu estou aqui e vou morrer se for preciso, pelos meus direitos”, disse ao Folha 8. O Governo na sua função ao decidir encerrar este e outros mercados populares de Luanda e arredores não o fez de forma programática. Fê-lo emotivamente e sem medir as consequências nefastas que todas as precipitações no exercício da gestão do Estado acarretam. Não se pode acordar um belo dia e encerrar postos de trabalho, emprego, sem qualquer alternativa. Em causa está a vida das pessoas. A sua sobrevivência. E isso que tem de ser medido e ponderado de forma responsável. Mais. Numa altura em que o desemprego é gritante, não se pode tirar o pão da boca dos cidadãos para lhes oferecer uma mão cheia de nada. Isto cria sentimentos de revolta. Foi o que aconteceu, no dia 08 de Março de 2004, no “Mercado da Estalagem”, nos arredores de Viana. É o estômago que está em causa. A escola de milhares de crianças. A capacidade dos cidadãos poderem pagar os serviços de saúde. Não são um bando. São o somatório de milhares de autóctones, que trabalham honestamente, e se podem multiplicar em milhões, em busca de uma dignidade, que se lhes retira todos os dias. Uma dignidade perdida.

Assim ao que parece o temor das autoridades, quanto a forças políticas estarem por detrás desta sublevação, não encontra respaldo, tal era a desorganização e ingenuidade dos manifestantes.

Quem esteve e está por detrás do levantamento é o desemprego. O temor de nada ter para dar aos filhos. Se todos parecem estar de acordo em relação precaridade das condições oferecidas pelo mercado

decorrente da inércia da autoridades, o mesmo já não se pode dizer, quanto à falta de iniciativa em projectar construir, antecipar, do organismos do Estado. O poder não pode esta apenas, assente na ponta e força do fuzil, mas no exercício de políticas coerentes visando satisfazer os cidadãos. A retórica governamental de conotar uma sublevação ocorrida em nome da fome, da miséria, do desemprego, a pretensão mão de um partido da oposição já não colhe. “Se nós estivéssemos por detrás desta manifestação então a coisa seria diferente Muito diferente”, disse ao Folha 8, um dirigente de um partido político, acrescentando que os próximos tempos serão “piores, pois as pessoas estão fartas desta forma de se governar. Não temos futuro. Só promessas que não se cumprem, para além de um enriquecimento ilícito do dirigentes, que institucionalizaram o roubo do erário público, ao mesmo tempo que atiram o povo para a fome e miséria”. Para o político da oposição “só a força das armas será capaz de manter o MPLA, no poder, porque a depender dos angolanos, sem distinção, eles deveriam partir ontem”.

Ser useiro e vezeiro na atribuição de culpas próprias a terceiros, por manifesta incoerência nas políticas adoptadas, apenas aumenta o fosso, entre dirigentes e dirigidos

4.3 A revolta de um povo saturado

Actual...13/03/04

No passado dia 8 de março, dia internacionalmente consagrado as mulheres e comemorado em quase todo o mundo, num acto de protesto contra as autoridades, resultante do encerramento do mercado da estalagem um grupo de ex-vendedores do instinto mercado resolveu de uma forma violenta o regresso do mercado ao local anterior. Munidos de objectos contundentes, tentou a todo custo reinstalar-se no local repudiado pelas autoridades. Resultado: Quatro pessoas morrem e outras em numero nada irrisório ficaram feridas. O ACTUAL assistiu a olho nu toda a situação. Eis a história

Nos últimos dias tem-se verificado em quase todo a ex-tensão da capital do país, Luanda, actos de revolta contra as autoridades, que por um lado re-flectem a saturação de um povo cansado de injustiças e calcinado pela situação de extrema pobreza à que é submetido. Assim o dia inter-nacional da mulher ficou completa-mente manchado por um banho de sangue protagonizado pela autoridade repressiva governamental, na zona do ex-mercado da Estalagem. Eram pouco mais das 5h00 do dia 8 de Março, quando

depois de terem ouvido que o mercado seria devolvido aos seus ex-ocupantes, muito cedo, cada um resolveu ir reocupar o seu lugar anterior.

Pouco tempo depois o espaço estava quase completamente latado de vendedores. Ninguém podia certificar a veracidade do rumor. Mas todos estavam ansiosos em quererem voltar ao compulsivamente encerrado mercado. O que não podiam imaginar é que aquele acto se transformaria em tragédia.

Até pouco mais das 8h00 todo lixo tinha já desaparecido do espaço. Para o susto da população, depois de limparem o local apareceram patrulheiros da polícia nacional desembarcando agentes da corporação para rechaçarem a façanha da população insurrecta. Parecia um combate contra um exército completamente armado. Numa acção de pura violência contra a indefesa população, a polícia com todos os seus meios repressivos, corria atrás do povo, feita pura caça. Momento pois outro morria uma pessoa ate que somaram quatro mortos e o ferimento de outros tantos, até hoje indeterminado, por temerem perseguições.

O acto que terá causado a revolta máxima, segundo afirmaram testemunhas oculares mais próximas ao local do acontecimento, terá sido quando os agentes da polícia tentaram atropelar uma velha na casa dos 60 anos de idade que vendia ali utensílios plásticos, passando propositadamente por cima do negócio da velha com uma motorizada de quatro rodas. Acto contínuo, a polícia baixou sova, com toda fúria por cima dos populares, o que estes não terão “engolido” de bom grado. Resultado, vaiaram a polícia, investiram em contra ataques pegando em pedras, ferros, barrotes e muito mais e concretizando a investida, interditaram o trânsito na via que liga Viana à Luanda, no troço que fica entre a Esquadra policial e a zona da Cometa.

Pela fúria popular, ninguém podia passar por aquele troço. Seja lá quem fosse. E se tentasse iria sem os vidros da viatura para além de correr o risco de ser apedrejado pelos manifestantes. Foi assim que algumas viaturas particulares e autocarros das companhias da MA-CON e TCUL, ficaram parcialmente destruídas.

A polícia local não foi capaz de controlar a acção dos revoltosos, ao que desde as 8h00 que começaram os confrontos, só depois de terem chegado os Comandos Militares e a Polícia Militar que algumas viaturas conseguiram passar. Mas nem mesmo com presença em número indeterminável de agentes da polícia, coadjuvada pelos PM e pelos Comandos boinas vermelhas das FAA, conseguiram conter a insurreição.

A estrada de Viana esteve cortada por largas horas, pelo que a população só se espalhou quando por volta das 15h00 chegou ao terreno a Unidade Anti Destúrbio e a Unidade Anti Terror, ambas da polícia nacional, que mal chegaram começaram a disparar projecteis tóxicos para dispersar os assanhados. Os manifestantes atiraram fogo aos pneus velhos no meio da estrada, colocaram pedras pesadas, ferros, postos de energia caídos ao longo do troço, atacaram viaturas sem escolher se são de empresas estatais ou privadas. Visto de perto parecia nos filmes e cenas somente vistas pela televisão. Era difícil acreditar que o que se estava a passar começou das senhoras que em acto de revolta manifestavam o seu descontentamento. Talvez por Ter sido o seu dia.

As reacções não se fizeram esperar. Job Capapinha um dos homens fortes da Comissão de Gestão de Luanda, justificou que alguém estava por cima de tudo e fez a cabeça do povo, e mais adiante disse que alguém queria tirar proveito político da situação, incitando a população para a violência. Não acreditou que o povo fosse capaz de fazer qualquer revolta quando violados os seus direitos. Para abono da verdade, o ACTUAL esteve casualmente no local e como não podia estar alheio à situação reportou tudo, momento por momento. Ao que podemos ver não houve no local qualquer político nem exibição de cartazes que visassem um acto com algum proveito político, tão pouco incitação como quer a Comissão de Gestão de Luanda fazer perceber. Tanto é que a confusão; pelo que apurou o ACTUAL partiu do acto violento da polícia à que respondeu igualmente as mulheres.

4.4 Vandalismo provoca mortes

Independente...17/03/04

Quando ainda não tinha terminado a dor dos que perderam seus familiares, parentes e amigos vítimas do incêndio da Viana, novos tumultos com ferimentos, mortes e danos materiais à mistura registaram-se, na Segunda-feira 8 por volta das 10 horas, naquela zona periférica de Luanda.

A ‘ última semana voltou a ser negra para Viana, a cidade satélite. Depois do trágico incêndio que vitimou mais de cinquenta pessoas de todas as idades e sexo, Desta vez, a dor, o luto e danos diversos foram originados por uma amotinação protagonizada por vendedores do ex-mercado da Estalagem, encerrado em Janeiro último por ordens do ex-Governador da Província de Luanda, Simão Mateus Paulo. E, como a desgraça não vem só, há suspeitas de que a bagunça

tenha sido incitada por políticos “aproveitadores” da situação que mais não andam, senão, à procura de um protagonismo que lhes possa valer, quando chegar o momento em que o povo escolherá quem serão os seus governantes. Muitos vendedores que, neste momento, estão a desempenhar as suas actividades na “praça nova” e na “mãe gorda”, dois locais indicados pelo GPL, afirmaram que no momento em que decorriam os tumultos na ex-praça da Estalagem, muitos dos vendedores nestes novos locais não se aperceberam sequer da revolta dos seus colegas que acontecia do outro lado. Questionados sobre a possibilidade da existência de uma mão invisível no caso, muitos vendedores acham que tenha havido, de facto, embora não saibam de quem. Eles foram peremptórios em afirmar que o objectivo desta acção não pode ser somente a exigência do espaço. Os protestos não respeitaram os princípios de manifestação consagrados na lei. Os protestantes não pouparam autocarros públicos da TCUL, bem como um camião da Coca-Cola que estava a transitar, danificando e saqueando-o. O 2º comandante provincial de Luanda da Polícia, Francisco Massota, corroborou com a suspeita levantada pelo GPL de ter havido aproveitamento político da questão e promete tomar medidas duras caso estes supostos aproveitadores venham a ser conhecidos. “Os que incitarem a violência, com violência serão respondidos” disse Massota.

Contactado sobre o assunto, o porta voz dos Partidos da Oposição Civil (POC), Quintino de Moreira, afirmou não ter havido participação nenhuma de políticos da oposição. “O que houve é uma manifestação justa de pessoas que clamam por justiça e bem estar social”. Por outro lado, os POC que irão reunir amanhã, para analisar esta questão e a chacina ocorrida recentemente na Lunda-Norte, vão pedir ao Governo para que puna, de acordo; com a lei em vigor no país, todos os cúmplices, tanto da barricada da Estalagem, como da chacina da Lunda-Norte. Por fim, pedem que seja exonerado o 2º comandante da polícia, Francisco Massota, em virtude de ter proferido palavras insultuosas contra os partidos da oposição,

JORNALISTAS AMEAÇADOS

Na sequência deste acontecimento, repórteres deste jornal deslocaram-se, na Quarta-feira, 10, à Viana para voltar a constatar os últimos desenvolvimentos no local. Um dispositivo muito grande de polícia está presente todos os dias no local onde os repórteres ficaram a saber que são vários grupos que se rendem de 12 em 12 horas. No local, como é óbvio, tentaram falar com o chefe que estava na altura a comandar o grupo, um 1º Superintendente. Eram sensivelmente 12 e 30 horas de Quarta-feira, 10. Inacreditavelmente, quando o referido

1º Superintendente se apercebeu da presença dos repórteres e dos seus objectivos, desprovido de urbanidade, entrou em gritarias com os jornalistas.

“Vocês não sabem que para vir aqui falar comigo devem pedir primeiro a autorização do comandante provincial? Vocês não conhecem o gabinete de informação e análises do Comando Provincial de Luanda (CPL)? Eih? Vocês são jornalistas desde quando?” Devido a tantos berros ante o espanto dos subordinados que, num ápice, cercaram os repórteres, provavelmente pensando que se tratavam de anarquistas, os jornalistas tentavam, em vão, explicar qual era a sua intenção. “Nós só viemos constatar sobre o desenrolar da situação no local e poder, se for possível, falar com o senhor em “off record”...” Não tinha o jornalista acabado de se explicar, quando, já com os nervos à flor da pele (e num descuido tal que ia chegando com um pontapé ao engraxador que estava a limpar os seus sapatos), voltou a perguntar aos jornalistas, desta vez com mais arrogância, se estes não entendiam a língua portuguesa! Perante tamanha estupidez do “Superintendente”, houve dentre os demais polícias quem, pasmado, não coibiu-se de abanar a cabeça. Aquele 1º Superintendente(?) provavelmente desconhecendo a deontologia e perdido a ética esqueceu-se que é polícia, e que é oficial superior e resolveu trocar mimos com pessoas que estavam a cumprir sua missão sem atropelos absolutamente a ninguém. Resultado: o primeiro “super” deixou de entender (pelo menos naquele instante), a matéria policial. Tal atitude leva a pensar que para um polícia e, quanto mais não seja, alguém que superintendente a matéria policial, agindo daquela forma é sinónimo de que pouco ou nada entende sobre a sua missão e função. É a ser verdade, aconselha-se este tipo de indivíduos que procurem uma profissão ou ocupação que melhor se coadune com a sua forma de ser e de estar, pois, para ordem pública, há muito boa gente com carácter que pode fazer melhor o que está a ser mal feito.

5.0 POLITICA

5.1 Unita acusa Presidente da República de falta de vontade política

Apostulado...11/03/04

A Unita acusa o Presidente da República de falta de vontade política em concluir as tarefas previstas no Protocolo de Lusaka. O Secretariado da Administração Pública do Galo Negro, num comunicado ontem

emitido, aponta o caso de Luanda, onde os administradores indicados pelo partido, no âmbito do Protocolo de Lusaka, aguardam há um ano a tomada de posse. Estão nesta situação os administradores do Município das Ingombotas, da Comuna de Terra Nova, o Administrador Adjunto do Município de Cazenga, o Administrador Adjunto do Município da Viana e o Administrador Comunal de Cassequel.

No comunicado, o Galo Negro refere ainda outros “incumprimentos do Protocolo de Lusaka e do Memorando de Entendimento do Luena, que enferma a jovem democracia angolana”, e apela à antiga troika de observadores (Portugal, Rússia e Estados Unidos) para interceder junto de José Eduardo dos Santos afim de se ultrapassar o impasse.

5.2 Tjipilika com um pé fora

Semanario Angolense...13/03/04

Os ministros que com ele entraram para o governo foram saindo um a um. Hoje contam-se pelos dedos de uma mão os que como ele ainda permanecem no executivo. Porém, a confirmarem-se as informações obtidas por Semanário Angolense junto de fontes credíveis, Paulo Tjipilika deverá juntar-se muito brevemente ao clube dos «caídos». A decisão ganhou corpo nas últimas semanas após altos funcionários do Estado terem concluído que o ministro da Justiça vinha facilitando o retorno a grupos e a cidadãos portugueses de imóveis cujo confisco pelo Estado angolano não teria sido convenientemente concluído. Homem capaz, culto, bem-educado, Tjipilika viu o seu capital entrar em queda quando entre as vítimas dos desconfiscos inspirados por um escritório de advogados de Lisboa (e que ele conhecerá bem) se incluíram famílias com grandes interesses em Angola. «Uma dessas famílias resolveu accionar as suas influências por ter concluído que estando as coisas como estão por via judicial não iria a lado nenhum». A corrente instalada promete mobilizar deputados, que no passado, no tempo do partido único, deram um «calor» a um conhecido secretário de Estado da Habitação não por ter admitido que havia buracos no processos de confiscos, mas sobretudo por ter dito que não havia nada a fazer. Ora bem: se Tjipilika não é do MPLA certamente que haverá menos paciência. O desencanto teria chegado ao palácio presidencial, ali a dois passos do gabinete de Tjipilika, onde praticamente terá sido decidido substituir o homem. Porém, conhecendo-se a consideração que o PR tem por ele, a tal ponto que não escondeu isso em audiências primeiro, com Gato e mais tarde com Samakuva, José Eduardo dos Santos parece tentado a dar a Tjipilika uma saída airosa. Como

fez no passado em relação a Flávio Fernandes, José Eduardo dos Santos vai certamente esperar que arrefeça a agitação na imprensa. Seja como for, Paulo Tjipilika passa a ser diante disso um ministro diminuído. De resto, uma fonte muito credível assegurou ao Semanário Angolense que o presidente da República já tomou praticamente a decisão de afastar o ministro da Justiça. Outros membros do governo, nomeadamente o primeiro-ministro já teriam inclusivamente sido informados dessa decisão. «É uma questão de dias, se não mesmo de horas», garantiu a nossa fonte

5.3 Pr. acusado de Desviar “Dezenas de Milhões de USD” para Contas Privadas no Estrangeiro

O Publico...24/03/04

Um relatório da Global Witness, que hoje é divulgado por esta organização não governamental com sede em Londres, apresenta novas provas sobre os esquemas ilícitos, que em Angola permitiram que a compra de armas, a negociação da redução da dívida à Rússia e o recurso a empréstimos com garantia de petróleo resultassem em avultadas transferências para contas bancárias privadas.

Segundo o documento, os beneficiários são altos dirigentes angolanos e russos, para além de pessoas que, a título individual, ou em nome de empresas, como a petrolífera francesa Elf Aquitaine (depois da aquisição pela TotalFina, transformada em Total), tornaram possíveis essas lucrativas operações. A Global Witness aponta directamente figuras próximas de José Eduardo dos Santos - Elísio de Figueiredo, ex-embaixador em Paris, ou José Leitão, ex-chefe da Casa Civil - e o próprio Presidente da República de Angola, como tendo recebido dezenas de milhões de dólares em contas na Suíça, no Luxemburgo, algumas depois transferidas para instituições “off-shore” nas ilhas Caimão, um paraíso fiscal nas Caraíbas. O empresário de origem russa, Arkadi Gaidamak, e o homem de negócios francês Pierre Falcone, beneficiaram de elevadas somas de comissões. Ambos tiveram um papel central para a venda de armas, a facilitação de empréstimos com garantias de petróleo e a redução da dívida à Rússia, “Este documento realça e confirma a quantidade de dinheiro que esteve envolvido, numa altura em que se sabe que ele [Falcone] não terá que responder judicialmente por isso”, explicou ao PÚBLICO, Sarah Wykes, da Global Witness. Pierre Falcone e Arkadi Gaidamak são ambos alvos de um mandado de captura internacional. O primeiro goza de uma imunidade diplomática desde que Luanda o

nomeou representante de Angola na UNESCO em Paris, no ano passado. Arkadi Gaidamak recusou-se a comparecer perante o juiz Courroye que conduz a investigação do Angolagate em França. Depois dos relatórios, “A Crude Awakening” (em 1999), e “All the President’s Men” (em 2002), este novo documento “Time for Transparency” debruça-se sobre vários países. Além de Angola, o Congo-Brazzaville, a Guiné Equatorial, o Cazaquistão, e Nauru (no Pacífico Sul) têm em comum o facto das contas do petróleo encobrirem operações financeiras ilícitas, que ascendem a milhares de milhões de dólares.

Sobre o exemplo angolano, porém, a Global Witness realça: “Não há exemplo mais severo dos efeitos devastadores do desvio de receitas e da corrupção estatal do que o de Angola, onde uma em cada quatro crianças não viverá até aos cinco anos”. O objectivo do relatório não é desencadear uma investigação judicial, mas sim “motivar mudanças nas políticas governamentais, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento”, esclarece Sarah Wykes. “Mas obviamente se as autoridades [que têm essa competência] considerarem que há matéria criminal, então compete-lhes a elas investigar”.

Práticas dos tempos da guerra podem continuar?

Este documento surge numa altura em que o Governo de Angola tenta uma aproximação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e se esforça por apresentar, a nível internacional, uma nova imagem de credibilidade e transparência. E é publicado depois de em Janeiro último, o relatório de outra ONG internacional, a Human Rights Watch (HRW), ter comprovado o desaparecimento de quatro mil milhões de dólares, das contas do Estado angolano, entre 1997 e 2002. Também com base em dados do FMI, a Global Witness vai mais longe e conclui que o desaparecimento de fundos eleva-se, em média, a 1,7 mil milhões de dólares por ano entre 1997 e 2001. O valor superior deve-se ao facto da organização somar às discrepâncias verificadas nas contas as despesas extra-orçamentais. O receio da organização é que as mesmas estruturas instaladas para pilhar os recursos do Estado, durante a guerra, continuem em prática, não havendo por isso garantias de transparência no processo de reconstrução, considera o relatório, que realça ainda o facto de não haver ainda data para as eleições. Além disso, tendo em conta os esquemas conhecidos em torno da negociação para a redução da dívida à Rússia, a organização considera preocupante a falta de informação sobre a negociação mais recente da reestruturação da dívida de Angola a Portugal, embora sem apresentar dados objectivos.

Milhões nas ilhas Caimão

Algumas das somas transaccionadas no âmbito da negociação da dívida à Rússia, estão depositadas em bancos “off-shore” nas ilhas Caimão, onde continuaram a entrar somas relativas a recentes empréstimos, contraídos por Luanda depois do fim da guerra, segundo o relatório. Esses empréstimos - com garantias de petróleo - são prejudiciais para o interesse nacional, por favorecerem práticas ilícitas mas também pelos elevados juros praticados em troca da disponibilização imediata do dinheiro. Essa era uma prática corrente durante o conflito e servia para a compra de armamento. Mas mesmo com a paz instalada, a Global Witness receia que os “mecanismos de desfalque enraizados durante a guerra sejam simplesmente redireccionados para lucrar com a reconstrução do país”. Ao contrário do que é recomendado pelo FMI, “o Futungo [de Belas] continua a contrair empréstimos garantidos com petróleo, e o rendimento petrolífero do país permanece totalmente não transparente”. Em 2003, o Governo angolano contraiu um novo empréstimo, de bancos estrangeiros (como a BNP Paribas ou a Société Générale) garantido por petróleo, através das ilhas de Caimão e que, dessa vez gerou mais de mil milhões de dólares. “Foi até agora o maior empréstimo de Angola”, lê-se no relatório que realça ainda a possibilidade de estar a ser utilizada uma estrutura pouco transparente numa companhia “off-shore”. E conclui: “Dados os enormes valores que já desapareceram das contas do Governo, o uso de uma estrutura não transparente e tão complexa para gerir um empréstimo desta dimensão é claramente razão para grande inquietação”.

5.4 Feijó refuta acusações da Witness mas Parreira diz que são verdadeiras

VOA...26/03/04

As autoridades angolanas apressaram-se a refutar as mais recentes constatações da Global Witness que no seu último relatório voltou a reiterar as acusações sobre alegados desvios pelo Presidente angolano e outras individualidades de avultadas somas em dinheiro para contas privadas.

Numa declaração de seis pontos, feita a partir de Londres, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó, negou que em algum momento o Chefe de Estado angolano tivesse sido beneficiário de contas da sociedade Camparal abertas no Banco Indosuez do Luxemburgo. Tais contas, no dizer de Carlos Feijó “são do senhor Falcone” personalidade, a quem entretanto Luanda concedeu um posto na diplomacia pelo facto de ter “por sua conta e risco

colocado os seus fundos à disposição do governo angolano afim deste poder exercer o seu direito de soberania” - ainda de acordo com o funcionário da Presidência.

Em relação ao caso da dívida de Angola para com a Rússia, Feijó diz ter sido “objecto de reescalonamento através de um acordo intergovernamental em 1996” num acordo que, com a intervenção da empresa Abalone, teria permitido a Angola a obtenção de vantagens não previstas no Clube de Paris. A Rússia, segundo Carlos Feijó, oportunamente havia dado a conhecer tanto ao governo de Angola como as autoridades judiciais suíças que a dívida tinha sido inteiramente reembolsada.

“ Foi deste modo que uma decisão judiciária suíça, transmitida em julgado , considerou ilegal a decisão do juiz Devaud e legal a operação e a actividade da Abalone. Não se vê por isso razão para se continuar a acusar o governo angolano de actuar contra a lei quando os próprios tribunais superiores assim não o consideram”.

Carlos Feijó justificou as alegações sobre o recurso ao petróleo para garantir empréstimos financeiros e a renegociação bilateral da dívida com países como Portugal, Polónia e Alemanha, com o argumento de que tal atitude serviu para cobrir o défice orçamental com suporte jurídico do Parlamento. O chefe da Casa Civil da Presidência República considerou que tais operações “ têm sido uma necessidade de sobrevivência económica” devido ao facto de os fundos confessionais prometidos aquando da regularização da dívida de Angola para as instituições multilaterais nunca serem disponibilizados.

Em Luanda, o líder do Partido Angolano Independente disse a propósito da reacção do governo de Angola ao relatório da Global Witness que o que está em causa são as somas em dinheiro que foram depositadas em contas privadas.

“ O que o governo está a querer fazer não é atirar areia para os olhos. É atirar a areia para os olhos e depois arrancar-nos os olhos. Está na cara que a corrupção é generalizada ao nível do Presidente e os seus “muchachos”. Falam das promissórias não estão e nunca estiveram em causa e muito menos no dossier do juiz Devaud. O que está em causa são os 700 milhões de dólares que foram depositados em contas privadas com as desculpas de compra de armamento mas afinal trata-se de tráfico ilegal de armas e que cujo processo está a decorrer em França e cujo protagonista principal é o senhor Falcone para além do governo e de José Eduardo dos Santos”. Refira-se que no seu relatório de 2002 com o título “ os homens do Presidente” a Global Witness comparou a corrupção em Angola com a da Nigéria no tempo da Abacha e do Zaíre na era Mobutu, dois presidentes já falecidos que alegadamente

roubaram milhares de milhões de dólares às contas dos seus países.

5.5 “CAMARADA FALCONE” , porque teme a justiça, se e tão inocente como apregoa?

VOA...30/03/04

Políticos, jornalistas e intelectuais angolanos entrevistados pela Voz da América desafiaram o empresário francês a apresentar-se à justiça francesa para provar que é inocente no escândalo “Angolagate” ao invés de fazer declarações a partir de Angola.

Os entrevistados consideram que apenas a justiça francesa, suíça e eventualmente, a angolana estão em condições de convencer os angolanos que PF não esteve envolvido no tráfico ilegal de armas para Angola nem em negociações com alguns dirigentes deste país.

O jornalista e activista dos direitos humanos, Rafael Marques, descreve de bastante grave a atitude do cidadão francês.

“ Ficou-se com a impressão que ele de facto tem sido um grande padrinho do governo angolano. E o padrinho pode ter um sentido positivo e outro negativo. E o padrinho no sentido negativo é aquilo que nós temos estado a ouvir dos grandes padrinhos da máfia internacional. A entrevista só poder ser interpretada como um assunto grave. Primeiro é a própria maneira como a entrevista foi feita. Segundo ele está em Angola.....se não tem nada a temer porquê é que este senhor não anda à vontade, não se identifica e não responde à justiça francesa? Porquê é que fugiu nas condições em que fugiu da França?”

Rafael Marques acusa ainda o governo tentar apresentar o negociante de armas francês como o maior herói angolano e de ter permitido que o mesmo falasse à comunicação social do Estado como que a confirmar que durante todo esse tempo, a governação do MPLA este aquém das expectativas.

“É um homem que salva Angola e ajuda os angolanos. É tão benemérito que depois tem acções em todo o lado. O senhor Falcone não pode provar que os dinheiros que lhe foram confiscados em França e na Suíça não existem. Como é que estes dinheiros foram parar nestas contas? Ele não fez favores senão comércio com a nossa morte e com o tráfico de armas. Cabe a justiça dar o veredicto final.”

Para o académico Justino Pinto de Andrade se PF não tem nada a esconder não pode estar escondido em Angola.

“ Ele devia continuar em Paris e responder perante a justiça francesa demonstrando aquilo que alegou na entrevista que fez a dois órgãos do Estado. Não podemos agora aceitar que o senhor Falcone venha vender a imagem de quem nos salvou porque na

realidade o que ele fez foi comércio quer de produtos civis como também de armamentos. Ele não conseguiu ainda provar em França que não traficou armas”. Se o senhor Falcone está tão seguro da sua inocência ele nunca deveria ter fugido

6.0 PAZ E RECONCILIAÇÃO

6.1 Unita apela ao reforço da unidade e reconciliação nacional

Angop...11/03/04

A delegada da Unita em Benguela, Francisca Prata, exortou hoje, na cidade do Lobito, as autoridades religiosas e tradicionais a se empenharem cada vez mais no trabalho de pacificação dos espíritos dos angolanos.

Em declarações à Angop, a propósito do 13 de Março, data do 38º aniversário da fundação do seu partido, a responsável partidária considerou que o apelo a tolerância e a reconciliação nacional deve ser uma constante, devido ao facto de persistirem ainda incompreensões e conflitos em algumas localidades.

Indicou que com o fim da guerra e o retorno da paz, os angolanos estão em condições de esquecer o passado e se reconciliar, tendo em conta a necessidade do amor ao próximo.

O programa comemorativo ao 13 de Março inscreve várias actividades políticas e recreativas.

6.2 Oito milhões de Euros para apoiar regresso e instalação dos deslocados

Lusa...19/03/04

A Comissão Europeia decidiu atribuir 8 milhões de Euros para apoiar o regresso das população deslocadas em Angola às áreas em que residiam antes da guerra.

O anúncio foi feito hoje, em Bruxelas, pelo executivo comunitário juntamente com mais dois pacotes de apoio humanitário, um para o Uganda (6 milhões de Euros) e outro para a Somália (8 milhões).

O executivo europeu estima em um milhão o número de angolanos que poderá beneficiar da ajuda nos próximos 15 meses.

O apoio, que será canalizado pelo organismo

responsável pela ajuda humanitária europeia (ECHO), irá concentrar-se na criação de condições mínimas para a vida humana nas áreas para onde as populações estão a regressar.

A ajuda irá incluir apoio alimentar, cuidados de saúde primária (preventiva e curativa), aprovisionamento de água, saneamento básico, fornecimentos no sector agrícola, desminagem, prevenção do HIV/SIDA.

A Comissão Europeia estima que após 27 anos de guerra civil, que terminou com o cessar-fogo a 4 de Abril de 2002, a situação no terreno continua a ser muito difícil para as populações.

A ECHO já concedeu, desde 1993, ajuda humanitária a Angola de cerca de 170 milhões de Euros, segundo dados de Bruxelas.

6.3 Kussumua pede apoio britânico para reconstrução de Angola

ANGOP...20/03/04

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, voltou a pedir Sexta-feira, em Londres, o apoio e assistência do Governo britânico na realização da conferência de doadores e noutros programas para a reconstrução e desenvolvimento económico de Angola.

O governante angolano reiterou o pedido durante um encontro que manteve com o director para África (sub-região Austral) do ministério britânico dos Negócios Estrangeiros, Andrew LLOYD, o último com o qual encerrou a sua visita de uma semana ao Reino Unido.

Angola, segundo afirmou o ministro, enfrenta grandes desafios e tem de alojar cerca de cinco milhões de pessoas na condição de refugiados e deslocados internos, pelo que advoga uma maior participação da comunidade internacional na reconstrução de Angola através da realização da conferência de doadores.

Nos vários encontros que manteve ao longo da semana, o ministro fez questão de sublinhar que nas condições actuais, é importante a realização da conferência de doadores, pois, mais do que nunca seria um investimento na estabilização política e democrática de Angola, e a reconstrução do país seria menos lenta curta e menos onerosa. Anunciou que estão a ser registados progressos nas conversações entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional com vista a assinatura de acordo nos próximos meses.

No seu entender, estão criadas as condições para a implementação de projectos sustentáveis, susceptíveis de mudar de maneira permanente e positiva a vida das populações, sobretudo as mais necessitadas.

Para o governante angolano, nesta nova fase, o contributo dos parceiros sociais do Governo em acções de assistência social e comunitária vai continuar a ser fundamental e complementar.

“As capacidades do Governo quer financeiras, quer humanas são limitadas perante tão grande e urgente tarefa de normalização e desenvolvimento das condições de vida nas comunidades angolanas”, afirmou o ministro, acrescentando que o Governo disponibilizou entre 2002 e 2003 cerca de 157 milhões de dólares com o processo de assistência aos desmobilizados e seus familiares. Deu igualmente a conhecer que o Governo atribuiu a cada uma das 18 províncias do país, vinte milhões de dólares, no âmbito de um programa de recepção dos refugiados e dos deslocados internos para o período 2003/04, ao mesmo tempo que desenvolve acções coordenadas para favorecer a normalização da vida nas comunidades nos domínios da agricultura, educação, saúde e extensão da administração do Estado.

Propôs, por outro lado, uma cooperação com a comunidade doadora que assente em cinco bases de trabalho, nomeadamente a parceria, visão de longo prazo, projectos sustentáveis, enfoque nos objectivos e aplicação incremental.

Recordou que o Governo angolano adoptou uma reintegração social duradoura e sustentável como condição determinante para a prevenção de conflitos, redução da pobreza e promoção da igualdade, respeito e dignidade entre os angolanos.

Segundo o ministro, o enfoque hoje dado à reintegração social vai muito além daquilo que até há pouco tempo se vinha desenvolvendo e que se resumia no retorno às comunidades sem que se atendessem às necessidades do grupo alvo na passagem da fase de emergência para os programas de desenvolvimento.

No programa de reintegração social desses grupos, sublinhou, o Governo estabeleceu como estratégia de intervenção o “foco de área” em vez do tradicional “foco de grupo”, por forma a evitar o surgimento de novos conflitos entre a população reassentada e a residente.

Durante a sua estada em Londres, o ministro manteve vários encontros, nomeadamente com o ministro britânico do Desenvolvimento Internacional, Hilary

Ben, com o líder do Grupo Parlamentar britânico para Angola, Hilton Dawson, e com representantes de países doadores e de organizações não-governamentais.

O governante deixou Sexta-feira Londres, com destino à capital angolana

6.4 Ajuda humanitária não chega a 60 mil pessoas devido à chuva e minas

Notícias lusofonas...12/03/04

Mais de 60 mil pessoas necessitadas estão impossibilitadas de receber ajuda humanitária nas províncias angolanas do Bié e Malanje devido às más condições das estradas e ao perigo de minas, foi hoje revelado em Luanda.

O alerta foi dado pelo Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas em Angola (OCHA) no seu mais recente relatório sobre a situação humanitária no país, relativo ao período entre 23 de Fevereiro e 7 de Março. Segundo o relatório, cerca de 45 mil pessoas “continuam fora de alcance devido a constrangimentos de acesso” na província de Malanje. Por outro lado, os agentes humanitários não conseguem chegar a cerca de 18 mil pessoas necessitadas que se encontram em dois municípios da província do Bié. “Devido às extremamente más condições da estrada e a áreas suspeitas de estarem minadas, cerca de 18.000 regressados estão actualmente sem assistência nos municípios de Chitembo e Chinguar”, assinala o relatório. As más condições das estradas, agravadas pelas chuvas que se têm abatido sobre a região do planalto central, e o perigo das minas, que aumentou com a movimentação de minas provocada pelas enxurradas, continuam a ser os principais obstáculos à assistência humanitária em Angola. Na província da Huíla, o Programa Alimentar Mundial (PAM) indicou que as distribuições alimentares nos municípios de Quilengues e Jamba “não se realizaram nas últimas semanas devido às más condições das estradas”. Por outro lado, a distribuição alimentar ao município de Chicomba também não foi possível devido à necessidade “mais verificações de minas ao longo da estrada Matala/Chicomba”. Apesar destes problemas com minas, o OCHA denunciou as dificuldades que têm sido sentidas para desfalegar equipamento de desminagem que já chegou a Angola. “Vinte dias depois da sua chegada ao porto do Namíbe, o equipamento de desminagem da (organização não-governamental) INTERSOS ainda não foi libertado pelas autoridades portuárias”, diz o relatório. A intensidade das chuvas tem destruído muitos campos de cultivo, especialmente na província de Benguela, onde os agentes humanitários têm vindo a registar “um

aumento de internamentos nos centros de alimentação terapêutica e suplementar”. Segundo o OCHA, “a maioria dos internados provinha das comunas de Chississa, Panda e Marco de Canavezes, no município de Cubal”. Na província da Huíla, as notícias são melhores, já que os parceiros humanitários admitem que, apesar de “quase todo o milho cultivado nas áreas de baixa latitude no município de Chipindo ter-se perdido devido à chuva, a campanha agrícola pode não estar totalmente comprometida naquela área”. Na opinião dos agentes humanitários, “as culturas no planalto ainda podem gerar uma colheita”.

6.5 Proibição de produtos geneticamente modificados pode complicar assistência humanitária ao país

VOA...19/03/04

Apesar de considerar soberana a decisão do governo angolano de proibir a entrada no país de produtos geneticamente modificados, o PAM manifestou-se através do seu director regional para a África Austral, Mike Sackett, preocupado com esta interdição. O responsável regional do PAM garantiu, numa entrevista a Voz da América, que os bens alimentares adquiridos na região austral do continente africano tem garantias de que não foram geneticamente modificados mas não se manifestou seguro que o mesmo se passa em relação a mercadorias adquiridas noutros mercados. O PAM aguarda pela posição oficial do Governo sobre a proibição de entrada dos produtos geneticamente modificados, mas Mike Sackett alertou para já, que isso poderá ter implicações na assistência humanitária no país. “Se não formos capazes de trazer estes alimentos para Angola, então também seremos incapazes de alimentar estas pessoas com necessidades”.

De salientar que o Programa Alimentar Mundial alega ter reservas de cereais que apenas chegam para cobrir as necessidades humanitárias ate ao mês de Abril. Mike Sackett chegou a Luanda nesta terça-feira para junto do governo angolano e doadores rever a situação humanitária no país que ainda carece de uma grande atenção, visto existirem neste momento um milhão e meio de pessoas a precisar de ajuda alimentar, muita delas em fase de reassentamento. Neste momento apenas 32 dos 140 milhões de dólares que o PAM necessita para o corrente ano foram disponibilizados pelos doadores internacionais e a situação já começa a preocupar os responsáveis da agência alimentar da ONU.

“Isto quer dizer que precisamos mais apoio do Governo de Angola e da comunidade internacional”. Mike Sackett disse que a situação humanitária no país terá de ser reavaliada em consequência das inundações

de culturas agrícolas ocorridas a sul da província do Huambo e que podem por em risco as colheitas dos camponeses locais

6.6 Definidas estratégias para reintegração dos desmobilizados

Angop...21/03/04

O Instituto de Reintegração sócio-profissional dos Ex-militares (Irsem), em parceria com a Agência Técnica de Desenvolvimento, da Alemanha (GTZ), estabeleceram neste sábado parâmetros de execução do programa denominado “reintegração e desenvolvimento local”, a ser implementado ainda este ano, nos municípios de Benguela, Cubal e Ganda.

Durante três dias, os responsáveis do “Irsem” das províncias de Benguela e Huíla, reunidos em seminário, definiram estratégias de identificação e execução dos principais problemas sociais nos municípios e comunas seleccionados, bem como os indicativos do grupo alvo. Além dos parâmetros estabelecidos, visando o arranque do programa nos locais definidos, o “Irsem” apontou também as acções para o sucesso do projecto, consubstanciados na auscultação dos conselhos municipais, aprovação dos orçamentos das administrações municipais, bem como na recolha das principais necessidades dos grupos contemplados no referido programa. Para a sustentação dos mesmos, mas de 50 por cento dos financiamentos serão concedidos pelos respectivos governos províncias, 35 pelo “Irsem”, enquanto que caberá a “GTZ” apenas 10 por cento. O “Grupo alvo” participará com cinco por cento, através da mão de obra. Este programa de reintegração e desenvolvimento local terá como executores o Governo Alemão, através da “GTZ”, que vai fornecer peritos e meios técnicos, no âmbito da cooperação existente entre Angola e a Alemanha, assim como o “Irsem” e os governos provinciais, por intermédio das administrações municipais. O director geral do “Irsem”, António Andrade, disse que o programa de reintegração e desenvolvimento local vai contribuir para o progresso das comunas e aldeias, por serem as mais afectadas pela guerra.

“É necessário mudar de estratégia de actuação, apostando, com maior atenção, nas áreas mais afectadas pela conflito armados, que são as comunas e municípios”, justificou. Este programa será implementado simultaneamente nas províncias de Benguela, Kuanza-Sul e Huíla. No acto de encerramento do seminário, o vice-governador de Benguela, Estevão Felizardo, considerou ser necessário o melhoramento das condições de vida dos mais carenciados, para se alcançar a paz efectiva, ressaltando

o apoio que se deve dar às povoações distantes das zonas urbanas. Na óptica do governante, o programa do “Irsem” vai estimular o regresso massivo das populações às suas áreas de origem.

7.0 SERVIÇOS BASICOS

7.1 Água gratuita na periferia do Golfe Dois

Angop...13/03/04

A população da zona periférica do Golfe Dois começa ter água gratuita à partir do dia 20 deste mês, com a inauguração de três chafarizes construídos com financiamento da ONG “Care International”.

Natália Isaac, uma angolana ao serviço da Care, informou hoje à Angop, em Luanda, que a Empresa de Águas de Luanda (EPAL) vai fazer os testes no dia 20, altura em que a água começará a jorrar naquelas paragens. Os fontenários são parte de um projecto de construção de quinze chafarizes, orçados em 15 mil euros, já disponibilizados por aquela ONG internacional. O objectivo do programa é levar água canalizada as populações que vivem a sul do município do Kilamba Kiaxi e fazer com que deixem de comprar água em Cisternas todos os dias. A construção dos três primeiros chafarizes iniciou em finais de Fevereiro e representa a primeira fase do projecto, segundo Natalia Nachitekulo Isaac, Coordenadora Para o Reforço das Capacidades Institucionais da Care. A segunda fase arranca depois da inauguração dessas três primeiras unidades e contempla a construção de doze outros fontenários, disse ainda a fonte da Angop. Esse programa vai beneficiar os mais de cinco mil habitantes de um bairro construído por detrás dos prédios do Golfe Dois, por onde se estende um vasto terreno desabitado, invadido diariamente por novos moradores. Natalia Isaac desconhece a data prevista para o fim das obras, mas garantiu à Angop que o mesmo estará concluído antes do primeiro semestre deste ano. Entretanto, os charcos e alagamentos provocados por alguns chafarizes em algumas áreas do município do kilamba kiaksi preocupa não só a ONG, mas também uma grande parte dos moradores.

No Bairro Palanca, várias vias ficaram intransitáveis devido as águas joradas pelos chafarizes, razão que levou a Care a reunir-se sexta-feira com elementos da EPAL, da Administração Municipal, das Comissões de Moradores e dos Serviços Comunitários.

Os participantes optaram por “seminariar” os

responsáveis pelos fontenários, para que eles saibam como evitar esses males. Essa tarefa ficou a cargo da própria Care.

7.2 Luanda terá incineradora para lixo

Jorna de Angola...15/03/04

A província de Luanda vai ter no próximo mês de Abril a primeira incineradora do país com a capacidade de queimar cerca de 23 toneladas de resíduos sólidos, essencialmente de hospitais, por dia, anunciou o director executivo da Recolix, Álvaro Fernandes de Sousa.

Segundo o responsável da empresa encarregue da administração do incinerador, o equipamento poderá arrancar ainda entre o final deste mês e princípio do próximo mês, estando na fase de conclusão dos testes do equipamento, cuja montagem física está terminada. Informou que decorre o processo de aquisição a partir do Brasil de meios como viaturas, bidões e sacos plásticos para o transporte e acondicionamento adequado dos resíduos maioritariamente infectados como seringas e outros provenientes de hospitais. Sublinhou que o investimento está avaliado em um milhão e 200 mil dólares para garantir a recolha, transportação e tratamento final do lixo infectado e patogénico.

Referiu que o meio instalado no aterro em construção nos Mulenvos, Cacuaco, vai queimar os resíduos a mil e 200 graus centígrados e será igualmente empregue na destruição de dinheiro de papel em mau estado de conservação, alimentos deteriorados ou com prazos de validade vencidos, entre outros.

O incinerador tem duas câmaras sendo uma para destruição térmica dos resíduos e a segunda para absorção dos gases, evitando que as partículas se espalhem na atmosfera.

Actualmente a maioria das unidades hospitalares não dispõe de incineradora. O funcionamento do sistema do Hospital Américo Boavida tem sido muito contestado, essencialmente, por moradores das redondezas e organizações ambientalistas, por espalhar o fumo resultante da queima de materiais patológicos na atmosfera, sem qualquer tratamento.

7.3 Mais de metade da população Angolana consome água não tratada

Angop...22/03/04

Pelo menos 81 por cento da população angolana consome água não tratada, indica um inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Este dado, avançado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), no âmbito do Dia Mundial da Água, que hoje se assinala, refere que 41 por cento dos agregados familiares estão impossibilitados de utilizarem meios sanitários do tratamento das fezes e mais de 40 por cento extraem água de fontes inseguras. O documento indica que as doenças diarreicas custam a vida de cerca de dois milhões de crianças anualmente e causam inúmeras outras enfermidades.

As crianças que já sofrem de uma dieta e dos estragos de outras doenças são as primeiras a cair doentes e a morrer de doenças relacionadas com a água e saneamento, tais como a diarreia, a cólera e a febre tifóide. Em Angola, refere a nota, as doenças diarreicas constituem uma das principais causas de mortalidade nas crianças, pois a elevada taxa no país reflecte más práticas de higiene como o tratamento inadequado dado às fezes, a ausência de água segura para beber e práticas inadequadas de amamentação dos filhos.

Segundo a nota, a diarreia espalha-se mais rapidamente em ambientes de saneamento pobre onde a água potável não está disponível e muitas vezes em áreas afectadas por desastres humanos ou naturais. Porque as crianças são particularmente vulneráveis aos perigos da água suja, nas emergências tais como desastres naturais e conflitos, o Unicef empenha-se em assegurar a provisão de água potável e saneamento adequado dentro das 72 horas a seguir ao surgimento de uma emergência.

Nestes casos, o Unicef distribui os seus “Pacotes Básicos de Água Familiar, os quais contem um balde desdobrável, barras de sabão, comprimidos de purificação e instruções para o seu uso na língua local.

7.4 Apontadas acções para solucionar problemas associados à água

Angop...22/03/04

A redução da vulnerabilidade dos sistemas de abastecimento de água e a melhoria da capacidade interventiva em caso de catástrofe são acções a serem implementadas nos próximos meses em Angola para se fazer face aos problemas associados a esse líquido.

A informação vem expressa numa declaração do

Ministério da Energia e Águas por ocasião do Dia Mundial da Água, que hoje se assinala, e que este ano celebra-se sob lema “Água e as Catástrofes- Estar informado e Preparado”, instituído pela Organização Mundial da Meteorologia. A sensibilização prévia das populações sobre o risco e a utilização da informação disponível para se evitarem situações críticas são igualmente acções a serem realizadas. De acordo com o documento, todos os anos registam-se perdas de vidas humanas e bens materiais em vários pontos de Angola, devido a fenómenos meteorológicos e hidrológicos como chuvas intensas, inundações, aluimento de terras, seca, assim como outras catástrofes de origem humana.

“A gestão das catástrofes é uma questão técnica multisectorial e multidisciplinar, com dimensões sociais, culturais e ambientais. Por esta razão, a elaboração de estratégias de gestão de catástrofes deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento económico, social e cultural do país”, lê-se no documento.

Nos últimos decénios, as catástrofes fizeram um elevado número de vítimas e causaram perdas materiais consideráveis, afectando a vida de centenas de milhões de pessoas em todo mundo.

Esta situação enfraqueceu as economias nacionais, agudizaram a pobreza dos extractos mais vulneráveis e são um grande obstáculo para o desenvolvimento sustentado e a redução da pobreza.

A efeméride foi instituída com a finalidade de chamar a atenção das instituições e indivíduos para os problemas relacionados com a utilização deste recurso fundamental para o planeta.

8.0 TERRA E HABITAÇÃO

8.1 Comissão Administrativa de Luanda defende combate à ocupação ilegal de terrenos

Angop...16/03/04

O membro da Comissão Administrativa de Luanda, Job Capapinha, orientou hoje as administrações municipais a combaterem as ocupações ilegais de terrenos, para se evitar o surgimento de bairros desordenados e com problemas de saneamento básico.

Ao falar à imprensa no final da visita que efectuou ao município de Cacuo, Job Capapinha defendeu a

necessidade de se combater e desencorajar a ocupação anárquica de terras, que têm originado habitações não infra-estruturadas e sem redes de distribuição de água ou electricidade. Na sua óptica, a ocupação de terrenos deve ser acompanhada minuciosamente pelas administrações municipais, respeitando as normas de urbanização com redes de distribuição de água e energia eléctrica. Job Capapinha considerou ilusório pensar-se que os problemas de Luanda se resolvam de uma só vez em seis meses, um, 20 ou 30 anos, porque eles existirão sempre, enquanto existirem pessoas.

“Alguns destes problemas serão resolvidos enquanto durar o mandato da Comissão de Gestão e outros deverão ser tratados pelos governos que forem nomeados”, acrescentou. Quanto a lixeira a céu aberto criada em Cacuaco, considerou ser responsabilidade da administração municipal criar soluções pontuais para este problemas. Pensa que se devia manter a lixeira actual e transforma-la em aterro para evitar que as viaturas de transportes de resíduos sólidos percorram grandes distâncias entre Cacuaco e o aterro provisório do Kilamba Kiáxi ou, ainda, até ao definitivo nos Mulenvos. Recomendou que se trabalhe em parceria com a empresa de limpeza e saneamento de Luanda (Elisal), no sentido de se verem equacionadas questões técnicas de impacto ambiental.

Durante a visita, Job Capapinha constatou que o município de Cacuaco debate-se essencialmente com problemas ligados ao abastecimento de água, energia eléctrica, saneamento básico e arranjo das vias secundárias e terciárias.

8.2 UNITA analisa projecto de Lei de Terras

Jornal de Angola...23/03/04

O grupo parlamentar da UNITA realizou recentemente um encontro com especialistas que trabalham nas questões relativas à terra, para receber destes subsídios para a discussão do projecto de lei de terras.

De acordo com o deputado da UNITA Domingos Maluka, o encontro visou dotar os parlamentares da organização do galo negro de elementos para a discussão do projecto de diploma legal, que regula o acesso e o aproveitamento da terra no país.

As entidades convidadas pelo grupo parlamentar do maior partido da oposição apresentaram os aspectos do projecto de lei que julgam carecer de melhorias.

O jurista João Faria foi um dos intervenientes convidados, que apontou aos deputados uma das soluções propostas pelo projecto de lei de terras, e que a seu ver constitui assunto crítico.

Um dos aspectos criticados por aquele especialista é o

regime do acesso à terra. João Faria entende que as formulações contidas no projecto são mais favoráveis aos vastos cultivos, em detrimento das pequenas plantações familiares. “Não é verdade que as grandes fazendas sejam mais importantes que as lavras familiares, existentes há várias gerações”, disse. Para João Faria, é ainda importante que o poder legislativo se questione sobre a oportunidade e conveniência da aprovação da lei de terras antes da aprovação da nova Constituição. O seu entendimento assenta na tese de que a terra é uma questão cuja importância interfere na vida de todo o país, pelo que o seu regime deve depender e conformar-se com as balizas estabelecidas pela lei fundamental.

Um trabalho mais pormenorizado sobre o projecto de lei será elaborado pelo jurista, para que os deputados possam analisar os “pontos críticos” por ele apontados. Será uma espécie de guia de leitura, com base no qual os deputados poderão fazer uma análise e discussão do projecto de lei de terras.

A Rede Terras - coligação de organizações da sociedade civil que advoga a justa exploração do bem terra em benefício das populações – também interveio no encontro, tendo entregado aos parlamentares as suas propostas de melhorias ao projecto de lei de terras. Em representação da rede, Guilherme Santos apresentou um conjunto de críticas baseadas num trabalho efectuado pelo jurista David Bledsoe, do Instituto de Desenvolvimento Rural de Seattle – Estados Unidos da América, consultor da Rede Terra. Aquele especialista sugere, dentre outras alterações, que se reduza a facilidade com que o Estado pode tirar a terra ao cidadão, nos termos actuais do projecto de lei, que se retire ou se estenda para 5 anos a exigência de um título passado para um ano de posse, e que se retirem da lei os limites impostos pelo Estado nas transações comerciais que tenha a terra como objecto, por falta de capacidade institucional e por risco de abusos por parte dos funcionários.

A discussão em plenária da lei de terras ainda não tem data marcada, mas acredita-se que seja feita brevemente. Fontes ligadas ao Parlamento dão conta que a discussão para aprovação do diploma pode ter início nas próximas semanas, visto que grande parte das comissões já tem prontos os seus pareceres sobre o projecto de lei de terras, remetido pelo Governo à Assembleia Nacional.

8.3 AN aprova Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo

Jornal de Angola...25/03/04

A aprovação da lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo marca o início de uma nova fase para o

país, de acordo com o ministro do Urbanismo e Ambiente, Virgílio de Fontes Pereira, no final da apresentação desse diploma, aprovado ontem pela Assembleia Nacional. “Começou uma nova fase para o país, uma vez que dentre os vários diplomas que se reclama a urgente aprovação, este é aquele em que o país não tinha nada legislado”, disse o governante, em declarações à imprensa. O ministro apontou que o país tinha uma Lei de Terras, tinha legislação colonial, ainda em vigor, sobre expropriação por utilidade pública, mas não tinha legislação sobre o ordenamento do território e urbanismo. “Este diploma tem esta virtude de vir regular, quer o posicionamento do Estado, quer dos cidadãos em termos de colocarmos ordem nesta situação de quase caos que sentimos um pouco por toda parte”, afirmou. O ministro acrescentou que o novo diploma vai ter um impacto em todo o processo de ordenamento do território, tanto das áreas urbanas, como das áreas rurais, uma vez que “estabelece as grandes linhas para que o Governo central e as administrações municipais possam regulamentar e executar as tarefas inerentes ao ordenamento do território e urbanismo”. O diploma vai ainda disciplinar a questão das áreas degradadas, das construções anárquicas, da requalificação de zonas do território que estão alheias a uma disciplina do ordenamento do território. “Vai mexer também com o planeamento territorial a nível central e local, para promover uma harmonia na actuação dos governos provinciais, no que diz respeito às tarefas de desenvolvimento urbano, rural e desenvolvimento territorial e questões ligadas ao assentamento das populações”, concluiu Fontes Pereira. Alguns deputados da oposição manifestaram certa relutância em aprovarem a lei, considerando que devia ser apreciada juntamente com a Lei de Terras, cujo projecto já se encontra também no Parlamento. Na votação, 40 deputados da bancada da UNITA abstiveram-se, um deputado votou contra, mas a lei acabou aprovada por 84 votos.

9.0 OUTRAS

9.1 Governo vai criar biblioteca virtual

Jornal de Angola...14/03/04

A massificação das tecnologias de informação, a construção da aldeia tecnológica e a criação do Instituto Médio da Sociedade de Informação dentro de aproximadamente 10 anos, são passos essenciais, de acordo com o ministro da Ciência e Tecnologia, João Baptista Ngandajina, para as transformações sociais do país e o seu consequente desenvolvimento.

O ministro, que falava aquando do encerramento do

workshop sobre a rede de intercâmbio das informações de produtos químicos, garantiu que o melhoramento e o aperfeiçoamento das tecnologias de informação e da comunicação abrirão, devido à educação, a cooperação internacional e novas perspectivas na criação de novas sociedades. De acordo com aquele dirigente, estão ainda incluídos no programa do Governo sobre tecnologias de informação, a criação da biblioteca virtual do Ministério da Ciência e Tecnologia (Mincit) e o acesso à Internet nas escolas jogam também um papel preponderante neste quadro. “Nenhum trabalho pode ser prosseguido no vazio cultural”, disse.

Acrescentou: “O acesso à informação e ao saber determina cada vez mais as formas de aprendizagem, as expressões culturais e a participação social, oferecendo ainda oportunidades de desenvolvimento ao país”. O pouco aproveitamento dos serviços profissionais nos países em desenvolvimento ou menos avançados impossibilita aos mesmos tirar proveito dos progressos das novas tecnologias, que caracterizam a sociedade de informação. “O projecto ora iniciado permitirá a Angola alcançar maior rigor, principalmente nesta nova fase de desenvolvimento de redes e serviços digitais”, salientou. Para o responsável máximo das Ciências e Tecnologias de Angola o aperfeiçoamento deste programa permitirá fundamentalmente efectuar um melhor trabalho na preservação da saúde humana, do ambiente e na gestão adequada dos produtos químicos, permitindo assim um desenvolvimento sustentável.

“A formação destes técnicos deve cobrir aspectos da utilização correcta, da gestão de informação relativa aos produtos químicos e não só, da avaliação dos riscos potenciais para o homem e o ambiente, sua prevenção e as medidas de segurança adequadas em caso de acidente, transporte, armazenagem e eliminação de resíduos tóxicos”, rematou.

9.2 Escom investe USD 50 milhões em prédio de 25 andares

Jornal de Angola...21/03/04

O Escom-Grupo Espírito Santo está a investir 50 milhões de dólares na construção de um edifício de 25 andares, no Kinaxixe, em Luanda. Para além, da área imobiliária o grupo conta ainda com investimentos nas áreas diamantífera, saneamento básico, pescas, saúde e aeronáutica.

O volume de negócios do Grupo Escom em Angola ronda os 200 milhões de dólares e a tendência é aumentar com o início de actividade de produção em Dezembro de 2004 da área de mineração na associação mineira de Camachia e Camajico (Luó e Chimbongo). O projecto vai tratar um milhão de metros cúbicos de cascalho por ano. Para o efeito, a empresa conta com a

parceria da empresa Russa Alrosa, a austríaca BHP Bilinton e a China- Escom.

Essa informação foi prestada ontem em Luanda pelo presidente do Grupo, Hélder Bataglia, durante a reunião regional do Grupo realizada na Ilha de Mussulo, em Luanda, no âmbito das celebrações do décimo aniversário da sua implantação em Angola e que contou com a presença de várias delegações, entre as quais a de Angola, Moçambique, África do Sul e Congo Brazzaville.

No domínio das pescas, a Escom através da Star Fish está presente na província do Namibe. No entanto, aponta-se o facto de Angola, não ter licença de exportar pescado para o mercado comum europeu por questões de higiene e sanidade. Por essa dificuldade, a comercialização do pescado capturado é feita no país. A previsão é de exportar o produto para o Congo Brazzaville, RDC e Camarões. A estimativa de receitas é de que em 2004 o volume de negócios atinja os 2,5 milhões de dólares em vendas.

“A União Europeia é um mercado que consome produtos de primeira qualidade. Porém, quando isso for conseguido com certeza que o volume de negócios vai aumentar”

Quanto as dificuldades em encontradas em Angola, o presidente disse serem as normais do mercado, para quem está iniciar as suas actividades. Com destaque para a morosidade na aprovação dos projectos. “Algumas vezes o tempo na aprovação dos projectos é exagerado, que, enfim, prejudicam a execução dos mesmos”.

Hélder Bataglia aponta como perspectiva a médio e longo prazos o projecto Luó, cuja duração é de 50 anos. Referindo-se a concorrência, o presidente da Escom diz ser saudável pois quanto maior, melhor para os projectos. “Queremos projectos que posam induzir empregos e gerar desenvolvimento”, sublinhou.

Já para o director coordenador da Escom em Angola, Osvaldo Leitão Pereira, a avaliação do desempenho do grupo em Angola é positiva já que, em seu entender, tem ajudado o desenvolvimento de Angola, “ criando mais fontes de trabalho e dando incentivos às pessoas”.

Para o futuro o director pretende melhorar a qualidade do trabalho prestado e apostar na reconstrução de Angola. A Escom está em cinco países, possui 80 empregos directos. Em empresas do Grupo, no Congo, tem 603 trabalhadores, no Chimbongo 180 e Luó 800.